



MUDANÇAS FONÉTICAS NO PORTUGUÊS ANGOLANO: DOS SONS AFRICADOS AOS FRICATIVOS



PHONETIC CHANGES IN ANGOLAN PORTUGUESE: FROM AFFRICATES TO FRICATIVES SOUNDS

HILTON FORTUNA DANIEL

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORA
RECEBIDO EM 24/07/2021 • APROVADO EM 30/07/2021

Abstract

This study proposes an incursion around the phonetic changes that are generated when the passage of certain words - whose syllables are marked by affricate sounds, converted into fricative sounds - from the oral context of the bantu languages into portuguese language. Aiming at the periodological description of the linguistic processes that led the variant of angolan portuguese to this stage of weakening of affricates, this study is supported by the Historical Linguistics and Phonology areas, with the help of which the phonetic-phonological processes are interpreted historical reasons that justify this conversion. The data show that the weakening of affricate sounds had its high point in the standard norm of european portuguese between the 18th and 20th centuries, in the period of classical portuguese. Using onomastics and a linguistic corpus available on the Angolan Government website with about 4500 anthroponomic references, an analysis was carried out whose focus is to understand the frequency with which several names are written given the graphic and oral fluctuation of the same words. It was noticed that, in contexts more induced to the use of portuguese language, there is a higher incidence of units whose syllables are marked by weakening of affricate, this occurs mainly in a syllabic attack position. This study focuses mainly on the field of writing, its dissemination in orality is inevitable.

Resumo

Este estudo propõe uma análise descritiva acerca das mudanças fonéticas geradas aquando da passagem de unidades linguísticas — cujas sílabas são marcadas por sons africados, convertidos em sons fricativos — do contexto oral das línguas bantu para o do português falado e escrito em Angola. Tendo como objetivo a descrição periodológica dos processos linguísticos que conduziram a variante do português angolano a este estágio de enfraquecimento de africadas, este estudo é sustentado multidisciplinarmente pelas áreas da Linguística Histórica e da Fonologia, com auxílio das quais são interpretados os processos fonético-fonológicos e históricos que justificam esta conversão. Os dados revelam que o enfraquecimento de sons africados teve o seu ponto alto na norma padrão do português europeu entre os séculos XVIII e XX, durante o português clássico. Com recurso à onomástica e a um corpus linguístico disponível no site do Governo angolano com cerca de 4500 referentes antropónimos, procedeu-se a uma análise com enfoque na frequência com que diversos nomes são escritos dada a flutuação gráfica e oral de uma mesma unidade linguística. Percebeu-se que, em contextos mais induzidos ao uso do português, há maior incidência de unidades com desafricamento, mormente em ataque silábico. Este estudo se centra sobretudo no domínio da escrita bem como na oralidade.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Angolan portuguese. Phonetic changes. Affricate sound. Fricative sound.

PALAVRAS-CHAVE: Português angolano. Mudança fonética. Som africado. Som fricativo.

Texto integral

1. INTRODUÇÃO

A Linguística Histórica, consubstanciada nos processos de mudança e variação linguística, tendo como base uma análise diacrônica, como bem argumenta Osório (2008, p. 1), depara-se com dois problemas não menos importantes "a penosa e difícil tarefa da constituição de um corpus e a aplicação de determinadas conceções metodológicas ao tratamento efetivo da documentação em análise". Contudo, para Osório (2008, p. 2), esta mesma área tem a pretensão de tratar de problemas inerentes às mudanças linguísticas.

Cumpre destacar que a presente investigação se ajusta à necessidade de, numa perspetiva descritiva e periodológica, compreender as transformações fonéticas por que passa a variante do português angolano (doravante PA) e, sobretudo, analisar as causas pelas quais, mesmo sendo o português uma língua também de palatalização, ocorre a despalatalização (entenda-se desafricamento) de sons africados durante o processo de aportuguesamento de muitas unidades linguísticas.

Convém indicar que a metodologia usada (Linguística de *corpus*) permitiu a seleção e a interpretação de alguns referentes antropónimos e toponímicos e sua

flutuação durante o uso de unidades da fala, também no plano da escrita, no contexto da variante do PA.

Assume-se que, além da observação direta aos falantes nativos e não-nativos, a busca empírica foi possível porque se recorreu a meios cartográficos diversos e também a um *corpus* linguístico obtido através do site do Governo de Angola (<https://www.sepe.gov.ao/ao/consulta-publica-do-concurso-de-admissao/>), resultante de uma consulta pública do concurso de admissão, o qual congrega 4578 candidatos (com cidadania angolana), com referentes antroponímicos relevantes para análise destas ocorrências.

Com efeito, a língua portuguesa tem absorvido, ao longo da sua extensão geográfica, diversos elementos morfêmicos de várias outras línguas com as quais tem mantido contato, todavia, esta absorção constitui um mecanismo por meio do qual surgem as variedades linguísticas que decorrem das influências e interferências de uma nas outras. Tal como o português brasileiro (doravante PB) emerge de um mosaico linguístico imensurável, em Angola, esta variante incorpora alterações fonéticas e grafemáticas, as quais têm marcado as suas principais características. De modo que a variedade linguística angolana se inscreve nos níveis do substrato e do superstrato, fundamenta-se por interferências linguísticas recíprocas. A história destas línguas comprova influências mútuas no campo da oralidade e da escrita, resultando em (cf. DANIEL, 2020) neologismos híbridos, empréstimos linguísticos, em aportuguesamento, por um lado, e, por outro, bantuização.

Importa salientar que a razão deste estudo consiste no facto de que a língua portuguesa, em contato com as demais línguas africanas, fundamentalmente as do tronco linguístico bantu – que constituem a grande maioria entre as faladas em Angola – tem exercido grande influência no campo da oralidade e da escrita. Decorrente desse contexto, os apagamentos de nasalizações consonantais em oclusivas (marca vernácula) em posição de ataque silábico /mb/, /mp/, /nd/, /ng/, /nz/, /nj/, /nk/, etc., os metaplasmos nos antropônimos, hidrônimos, topônimos, etc., próprios em línguas africanas, a assimilação de alguns fonemas, a conversão do grafema /k/ para /c/ com valor oclusivo em topônimos de origem bantu (por ex. de Kwanza Sul, Kuando Kubango para Cuanza Sul, Cuando Cubango, etc.) e, agora, especialmente, o enfraquecimento das africadas /tʃ/, /dz/, / e /dʒ/ devem poder suscitar certo interesse em estudos linguísticos futuros, mormente as alterações fonéticas e grafemáticas.

2. AFRICADAS E FRICATIVAS NAS LÍNGUAS NATURAIS

Se, por um lado, se entende que os sons africados são aqueles em cuja produção inicial há uma oclusiva, mas que termina em africada, isto é, a leitura que

se faz sobre a consoante africada indica primeiro o fechamento completo do trato vocal, seguido de uma pequena abertura que produz um ruído de fricção (nas línguas bantu, há grande incidência destas produções); por outro, uma hipótese complementar pode demonstrar que o som fricativo é obtido do fechamento de órgãos supraglóticos do nosso aparelho fonador, ou seja, o estreitamento do trato vocal obriga a que o ar passe forçado, sem oclusão, produzindo assim a fricção. Por exemplo, na língua portuguesa temos os seguintes sons fricativos: [ʃ] — chamar e caixa; [f] — favor; [ʒ] — jantar e gente; [s] — semba; [v] — vinil; [z] — kizomba.

Não parecendo ser a língua um património homogêneo, para o Professor Castro (1991: 11), "enquanto cada palavra tem uma história semântica diferente, quase todas têm uma história fonética comum: a dos sons que as constituem dentro de uma sequência estável".

Em italiano, são notáveis alguns casos de africadas surdas ou não-vozeadas (BABINI, 1997, p.2002) como em /azione/, /pazzo/, /pizza/ (ação, louco e pizza) [atʃ'tʃjo:ne], [patʃ'tʃo], [pitʃe]. Ainda se pode verificar o caso de africadas sonoras ou vozeadas como em zona, zeta (zona, zero) ['dzɔne] e ['dzeta].

De acordo com Babini (1997), o /ts/ é uma consoante africada alveopalatal surda (ou não-vozeada) e marca uma distinção em cinema e cera, entre o português e o italiano.

Ex.: italiano → [tʃi:nema] e [tʃe:ra]; português → [si'neme] e ['sere].

Repare-se, porém, que cinema vem de kínema, portanto, de uma oclusiva não-vozeada para uma fricativa em português, embora se mantenha africada em italiano.

Assim, na passagem de algumas unidades de fala (do italiano para o português europeu, doravante PE, do qual origina a norma padrão do PA), também se assiste ao desafricamento em *pizza* ['pitʃe] e *ciau* ['tʃaw] para fricativas, ou seja, enquanto, originalmente, no italiano ainda prevalecem os sons africados, no PE e no PA ocorrem fricativizações ['pize] e ['faw].

No entanto, note-se que, enquanto no Brasil decorre o processo de fricativização, em Angola, já se tornou imemorial o início do fenómeno de fricativização de africadas, cujo processo ainda está em decorrência e expansão, considerando que cresce o número de falantes do português L1, que se desenvolve mais cultura literária e académica, fatores que têm indicado uma maior aproximação do PA à norma-padrão do PE nos grandes centros urbanos, principalmente em meios jornalísticos, políticos e académicos.

Importa frisar também que os sons africados têm tanta incidência nas línguas bantu como no italiano, no catalão, inglês, alemão, nas línguas eslavas, no japonês e entre a variedade do português brasileiro, sendo esta cada vez mais propícia à emergência de africadas (cf. REIS et al., 2016; BARBOZA, 2016).

Morén (2003, p. 47) justifica que "the consonants of serbian are usually described phonetically as" entre outras, sobretudo, "affricate (palate-alveolar e palatal)" e "fricative (palato-alveolar)". Já Reis et al. (2016), além de fazerem menção ao fato de 2/3 das línguas naturais possuírem o som africado, complementam que as africadas também são chamadas por diversos linguistas como, simplesmente, oclusivas ou semioclusivas, devido ao fato de serem, inicialmente, uma oclusiva e só no final se tornam fricativas. No entanto, para Reis et al.,

O chamado fone africado é um som da fala constituído de uma parte inicial em que o contato da língua com o palato em determinado ponto de articulação da cavidade bucal ou lábios/dentes incisivos superiores provoca uma obstrução da passagem do ar e de uma parte final em que a obstrução parcial provoca turbilhonamento do ar. (REIS et al., 2016, p.153).

Respeitante ao italiano, Srivastava (2007, p. 5) também destaca que "italian consonants are distributed among: plosives (bilabial, dental, velar), affricates (alveolar and post-alveolar), and fricatives (labio-dental and alveolar)". No entanto, sendo as consoantes em italiano distribuídas entre oclusivas (bilabiais, dentais e velares), africadas (alveolar e pós-palatal) e fricativas (labiodental e alveolar), este autor ainda reforça sobretudo o fato de que:

the sounds /k/ and /tʃ/ can be orthographically represented by the roman letter 'c' which leads some ambiguity. The rule is that 'c' followed by a vowel /a/, /o/, /ɔ/ /u/, is pronounced as /k/ and 'c' followed by vowels /i/, /e/, and /ɛ/ is pronounced as tʃ". (SRIVASTAVA, 2007, p. 5).

Ex.: a) ['dzɛro] 'zero', (português – zero);
 b) ['tʃɛlare] 'celare', (português – esconder);
 c) ['dzɛlare] 'gelare', (português – gelar).

Havia (GEMENTI-SPOLZINO, 2018, p.210), na primeira fase do português atual, quatro fonemas para as sibilantes alveolares (fricativas e africadas: /s/, /z/, /ts/ e /dz/) e, na segunda, houve a perda das africadas e a existência de quatro fricativas surdas e sonoras.

Retomando o estudo de Gementi-Spolzino (2018, p. 86), o qual faz menção ao fato de, por um lado, a consoante fricativa palatal [ʃ] se ter originado ainda a partir

da sequência latina <cl-, pl-, fl-> para <ch> do português, como por exemplo /kl/amare> /ʃ/amar, /pl/uvia> /ʃ/uva, /fl/amma> /ʃ/ama, /pl/āgam > /ʃ/aga e /pl/ēnum > /ʃ/eio e, por outro, o som [ʒ] do português ter surgido do <g> inicial do latim clássico seguido de <e> ou <i> (latim vulgar [j]), como em genūcŭlum > geolho > joelho, gīngiŭam > gingiva, gēñerum > genro, gentem > gente.

Neste âmbito, no seu estudo sobre os processos fonológicos segmentais na língua portuguesa no Brasil, Silva (2011) esclarece os quatro tipos de tais processos (apagamento, adição, transposição e substituição). Sobressai um elemento que merece atenção, ao contrário do que tem ocorrido em Angola, onde se registra esta conversão das africadas para as fricativas, no processo fonológico de substituição, no Brasil, há a africativização (SILVA, 2011, p. 84-85) em que um som se torna africado. Ex.: a oclusiva alveolar [t] torna-se africada palato-alveolar [tʃ] (como em tia [ˈftiɐ] nalguns dialetos do PB).

Percebendo alguns pontos trazidos a discussão, os argumentos de Paiva (1984, p. 2) sobre as fronteiras do que se considera variantes dialetais e línguas autônomas propõem, de certo modo, fatores subjetivos, de natureza historicista, relativos a uma certa tradição filológica, e, de outro modo, fatores objetivos, de natureza política, ideológica e cultural, exteriores à estrutura gramatical da língua, que se conjugam para favorecer «uma só língua».

Embora seja difícil estabelecer dados concretos, alguns linguistas (APONTES, 2010; SIMÕES, 2014) indicam que do grupo linguístico bantu fazem parte entre cinco a seis centenas de línguas, depreendendo-se cerca de 240 milhões de falantes.

Note-se que Ngunga e Simbine (2012, p.30) identificam na língua changana, do grupo bantu de Moçambique, a proeminente presença da consoante africada, consoante fricativa alveolar e sobretudo a palatal não-vozeada (xaka 'família'; xikwa 'faca'; xitimela 'comboio').

Por conseguinte, Ngunga e Simbine (2012, p.66) consideram que, diferentemente do inglês (onde a combinação das últimas consoantes labiais alveolares e velares com a marca de plural /s/ de inglês produz um som foneticamente africado: dogs [dɔgz] e dreads [drɛ:dz]), em outras línguas como changana, as consoantes africadas são segmentos únicos ou fonemas que não podem ser decompostos em fonemas diferentes sem interferir com o significado das palavras. Convém sublinhar que o presente estudo não trata de decomposições de africadas, mas da fricativização destas, de sua conversão. Por outro lado, Okoudowa (2005, p. 14) elenca um quadro fonético-fonológico com diversas incidências de africadas e fricativas na língua lembaama, do grupo bantu, falada principalmente no Gabão, quer sejam labializadas, pré-nasalizadas, quer sejam palatalizadas (ex.: [tʃímá] 'cave' e [dzá] 'coma').

Em Angola, na língua umbundo, (BENVINDO, 2016, p. 48) a consoante palatal /j/ é antecedida de /nd/, resultando no trígrafo /ndj/ (ex.: Ondjila, caminho).

Portanto, do mesmo estudo depreendem-se dois fonemas palatais que serão explicitados na discussão dos resultados do presente trabalho: o /c/ e o /ndj/.

Ngunga e Faquir (2012, p. 316-317) acrescentam que, em alemão, se usam trígrafos como *tsch* para marcar um som africado palatal, o que justifica a existência deste grafema nas ortografias de línguas africanas baseadas na escrita do alemão como é o caso da língua *dschang*, falada nos Camarões. Estes autores aludem ao trígrafo *txch* na língua *txchopi*, que recebeu a influência da ortografia original baseada na língua alemã. Para Ngunga e Faquir (2012), o trígrafo situa-se no plano da escrita de outras palavras tais como *matchedje*, onde o mesmo pode denotar erradamente o som africado palatal que pode ser, perfeitamente, substituído pelo grafema <c> e o dígrafo representa a consoante africada palatal vozeada que poderia ser substituída na escrita pelo grafema <j>. (NGUNGA & FAQUIR, 2012, 317). As línguas bantu apresentam evidências de inúmeras africadas em posição de ataque silábico, incluindo entre as variedades da línguas bantu angolanas.

3. SOBRE AS AFRICADAS NO PORTUGUÊS EUROPEU

Considerando a hipótese segundo a qual é pouco frequente os sons africados serem articulados no PE, emerge uma questão cuja resposta talvez seja encontrada na própria narrativa periodológica: por que razão ocorre a despalatalização em consoantes africadas, durante o processo de aportuguesamento, sendo o PE uma língua também de palatalização?

Convém referir que o atual português remonta a datas imemoráveis, sendo que os primeiros registros foram obtidos já a partir de reconstituições de arquétipos, ou, se se quiser, de registros proto-históricos (CASTRO, 1991, 2008; CARDEIRA, 2006; BANZA; GONÇALVES, 2018).

Não pondo de parte (BANZA; GONÇALVES, 2018, p. 14; CASTRO, 2008, p. 73) as periodizações do português pré-histórico/pré-literário (até ao século IX, 882), proto-histórico/pré-literário (até 1200, 1214-1216), arcaico/antigo/médio/pré-clássico/galego-português (até 1385-1420 | até 1536-1550), importa, sobretudo para este estudo, retomar o português situado entre os séculos XVIII, XIX e XX, também designado por português clássico ou moderno.

Seria, pois, neste último onde se localizaria o declínio das consoantes africadas, visto que Cardeira (2006, p. 78) chama atenção para o fato de não ser difícil para um falante do português moderno compreender um enunciado situado no século XVIII, sendo que "grande parte das dificuldades com que nos depararíamos perante um falante do português antigo", sobretudo no campo do léxico, construções frásicas arcaicas, hiatos, consoantes africadas, etc., já havia sido removida ao longo do período médio do português.

De todo modo, subsiste ainda uma questão importante cuja resposta conduziria ao entendimento sobre o aportuguesamento de unidades de fala nas línguas bantu: tendo havido sons africados no PE, em que consistiu o seu desaparecimento, de modo que, neste contexto específico, os mesmos sons não são realizados naturalmente, mas passam para fricativos sonoros ou surdos?

Talvez fosse impropriedade a procura de uma resposta apenas examinando os registros do português moderno (séc. XVIII, XIX e XX), é por isso justificável uma busca enquadrada no português medieval (cujas periodizações vão de 1385-1420; 1536-1550) para uma compreensão cronológica. Seguindo esta linha de raciocínio, o Professor Lindley Cintra, em 1971, propunha traços diferenciadores, os quais, para si, permitiam identificar a origem geográfica de alguns falantes do português, fator que se julga determinante no exame de algumas alterações fonéticas.

Evocando Castro (2008, p. 24), no português falado na Idade Média, havia algumas consoantes que tinham proveniência em vários sons do latim, "mas principalmente do c pronunciado [k]", contudo "esta consoante, quando seguida de vogal palatal [e] ou [i], transformara-se numa africada palatal [tʃ], que se mantém ainda hoje em italiano". O referido autor relata também que, tendo-se a mesma africada despalatalizado para uma africada pré-dorso-dental [ts], no caso surda, ter-se-ia desdobrado para a sua correspondente sonora [dz]. Castro (2008) ainda complementa que, no português medieval, o par [ts] ou [dz], à época, correspondentes aos grafemas <c> e <z>, com a variante <ç> para as surdas, sofreu um desafricamento, perdendo o elemento oclusivo e ter-se-ia estabelecido no par de fricativas pré-dorso-dentais /s/ e /z/. No entanto, Cintra (1971) acreditava que tais transformações teriam surgido durante o período medieval nos dialetos do Sul de Portugal.

Ainda situados em período medieval, a abordagem de Cintra, a que mais suscita o interesse e a motivação por este estudo, situa-se no traço fonético diferenciador, o qual o próprio designou por "pronúncia do ch como tx ou tch", como o traço mais conservador da fonologia portuguesa, o fonema [tʃ], cabendo realçar que, desde 1971, o Alfabeto Fonético Internacional passaria por consideráveis atualizações e uniformizações. No entanto, para Castro,

A única africada que subsiste no território português ocupa uma área muito semelhante à da conservação das apicais, com uma significativa exclusão de toda a faixa litoral do Minho e do Douro, ou seja, da região entre Viana do Castelo, Braga e Porto, que, como já vimos, conserva a fricativa apical, mas não esta africada [tʃ], aproximando-se nisto dos dialectos do Centro e Sul, onde a africada desapareceu e o grupo ch corresponde à pronúncia da palatal [j]. Ou seja, a região de permanência da africada é apenas o interior das

montanhas do Alto Minho, de Trás-os-Montes e das duas Beiras interiores. (CASTRO, 2008, p.25).

Evidentemente que, para Cintra (1971), teria sido no decorrer da Idade Média, seguindo-se o período clássico até o século XVIII, o momento em que mais se presenciou a diferenciação entre os fonemas [tʃ], que soava como africado, e [ʃ], que soava como fricativo.

Evoca-se uma importante referência histórica (BANZA; GONÇALVES, 2018), a propósito das transformações no latim, língua da qual originou o português, para justificar a teoria da palatalização, defendida por Cintra (1971), por exemplo:

1. Tj; Kj; Ke,i em [tʃ] > [ts] > [s] (ex. FA[ki]O > FA[kj]O > FA[tʃ]O > FA[tʃ]O > FA[ts]O > FA[s]O);
2. Dj, Gj; Ge,i em [dʒ] > [ʒ] (ex. [g]ENTE > [dʒ]ENTE > [ʒ]ENTE).

Note-se que foi (CINTRA, 1971; CASTRO, 2008) a partir do dialeto do Sul de Portugal que as africadas começaram a definir, sendo que a sua substituição por fricativas já era evidente e parecia cada vez mais irrevogável. No entanto, no século XVIII estaria registrada a tal transformação no português padrão lisboeta, sendo que, gradualmente, o novo registro se foi expandindo para o Norte e para as regiões até então mais resistentes.

Acredita-se que toda esta caracterização pode ser compreendida se observarmos que ainda, entre os séculos XIII e XIV (BANZA; GONÇALVES, 2018, p. 35), além de aspetos gerais muito relevantes (como a flutuação gráfica), alguns textos analisados permitiram identificar fenômenos linguísticos de natureza fonético-fonológica enquadrados nesse período ao qual muitos estudiosos designam por «português médio», que antecede o «português clássico».

Ex.: consoantes africadas /tʃ/, /dʒ/, /ts/ e /dz/, provenientes de palatalizações.

Observada esta mudança periodológica, do médio para o clássico, diversos episódios de natureza extralinguística, ou, se se quiser, alguns de natureza política, social, cultural e sociológica (pestes, guerras, extinção da escola literária galego-portuguesa, etc.) podem ter originado algumas mudanças na estrutura interna da própria língua. A tese de Banza & Gonçalves demonstra que, no plano linguístico, as principais diferenças atingem sobretudo o domínio dos sons, entre tantas mudanças, chamando atenção a "simplificação das africadas pré-dorso-dentais [ts] e [dz] nas suas correspondentes fricativas [s] e [z]" (2018, p.41).

Por sua vez, essa narrativa aporta um estágio do século XVIII, o considerado por alguns pesquisadores como Cintra «português moderno», embora tal designação periodológica possa parecer difusa e, por isso, suscitar algum debate entre os pesquisadores. Banza e Gonçalves (2018, p. 41) destacam que, no plano fonético-fonológico, se registra a simplificação da africada palatal (desafricação) [tʃ] na fricativa palatal [ʃ] (ex. [tʃ] amar > [ʃ]amar), iniciada provavelmente ainda no séc. XVI.

Acredita-se que (MARTINS, s.d.) a história da consoante africada [tʃ], cuja articulação ainda tem alguma prevalência no Norte de Portugal, como nas palavras chamar [tʃemar], chuva [tʃu(j)be], chapéu [tʃepew] e chumbo [tʃũbu], pode evidenciar, dentro de uma argumentação variacionista, o prestígio ou a falta deste em certos registros dos falantes através dos tempos.

A Professora Ana Maria Martins (s.d.) menciona ainda a obra "Ortografia da língua portuguesa", escrita em 1671, pelo pároco João Franco Barreto, na qual se pode perceber que a distinção fonológica entre [tʃ], grafado <ch>, e [ʃ], grafado <x>, antiga na língua, já não é conhecida por todos os portugueses. Entende-se que alguns falantes do Sul de menor prestígio, talvez por barbarismo, tendiam a pronunciar erradamente os vocábulos que se deviam pronunciar e escrever ch africado, como chave, chapeo, chafariz, fechadura, etc., ao invés, pronunciavam, xave, xapeo, sendo que, fora daquele círculo "pouco informado e culto", as variantes [ʃ]amar, [ʃ]uva, [ʃ]apéu, [ʃ]umbo, etc., viriam a ser defendidas como aceites pouco tempo depois por outros estudiosos.

4. O PORTUGUÊS ANGOLANO – INFLUÊNCIAS

Um fato que talvez mereça uma nota de realce prende-se com os escassos materiais acadêmicos à disposição para consultas públicas, o que indica que as áreas fonético-fonológica e linguística histórica, em Angola, talvez estejam a ser um pouco postergadas ou discutidas por pesquisadores e linguistas (ou, talvez, pouco publicadas em revistas indexadas). Com efeito, Castro (1991, p. 48) indicava que a situação linguística em Angola era pouco conhecida e pouco estável.

Antes de qualquer incursão à presença da língua portuguesa no território hoje entendido como Angola (desde 1482), note-se que, nesta região, pelo que tem vindo a ser demonstrado pela literatura, sempre houve uma cultura ágrafa, sem manifestação literária no plano da escrita, de tal modo que é difícil estabelecer com precisão as datações de certos eventos, sendo que o mínimo que se possa fazer é inferir sobre uma periodização estimada, por meio de registros de missionários europeus. No mais, a literatura sinaliza que os primeiros registros escritos sucederam-se logo com a chegada dos europeus, embora houvesse inscrições e

desenhos rupestres identificados ao longo dos anos. Acredita-se que os conhecimentos mais permeados na tradição cultural e os legados rebuscados eram passados oralmente, dentro do campo conceptual da oratura.

Centrando este estudo na compreensão do enfraquecimento das africanadas, importa realçar que, com base nos estudos de Vansina (2001), o uso do quimbundo teria sido proibido em 1772, e todas as publicações nesta língua (elaboradas, à época, por missionários) teriam sido destruídas. No entanto, para o mesmo autor (2001, p. 267), a situação apenas começaria a mudar por volta de 1830, quando muitas crianças de Luanda iam sendo educadas em Portugal. Seguiu-se uma tendência para se valorizar o uso do quimbundo em Luanda, sendo esta a razão pela qual as elites luandenses se tornaram gradativamente bilingues, situação que, embora fosse verdade à data do estudo de Vansina (2001), hoje, já suscita algumas inquietações¹. Provavelmente, as línguas nativas teriam sido proibidas porque, segundo palavras do então governador Alvares da Cunha, (VANSINA, 2001, p. 268) os preceitos religiosos e civilizacionais europeus não estavam a ser assimilados, sendo que o quimbundo ajudava na propagação do paganismo.

[...] Governor Alvares da Cunha wrote in dismay to the court in Lisbon that, although there were priests, churches, preachers and European settlers, the inhabitants of Luanda “forget the religion, the language and the customs of our country [nação]” and “Because none of this exists among this miserable people, their customs are barbaric, their speech is Imbunda [kimbundu] and their law is heathenish” (VANSINA, 2001, p. 268).

Na sequência desta análise, Couto (1972, apud Vansina 2001, p.268) destaca que, mais tarde, em 1784, Machado Peçanha, a mais alta autoridade judicial, havia notado que os próprios colonos “falavam português como estrangeiros e quimbundo como africanos, e que muitas mulheres não sabiam falar português porque teriam sido educadas por mulheres negras”.

A colônia de Angola, formalmente, viria a ser fundada por volta de 1575, quando Paulo Dias de Novais atracou na Ilha de Luanda, sendo que, no ano seguinte, a cidade de Luanda seria fundada no continente. (VANSINA, 2001, p.268-269).

Este pesquisador (VANSINA, 2001) identifica que, pouco depois de 1620, o jesuíta Pacconio começaria a compor um catecismo (o qual viria a ser impresso em 1642) no dialeto que era vigente na corte do Reino do Ndongo (situado na zona que

¹ Hoje, diversos estudos (cf. DANIEL, 2020) demonstram que a grande maioria dos falantes do português, em Luanda, sendo composta por jovens e crianças, fala a LP em contexto de L1 e é monolíngue, ainda que alguns possam compreender vagamente algumas unidades linguísticas em quimbundo falado pelos avós ou pais já idosos.

é hoje Luanda), o qual, entende o pesquisador, seria um avanço importante para o idioma pelos seguintes motivos: o estabelecimento do quimbundo como língua oficial da evangelização e a promoção da padronização do quimbundo não apenas no Ndongo, mas em todas as áreas onde variantes dialetais fossem faladas, fosse nos Reinos da Matamba e Cassange, fosse até mesmo nas terras ao sul do Cuanza.

Deste modo, o quimbundo tornar-se-ia então uma língua escrita na sua própria ortografia, embora, concordando com os argumentos de Ferreira e Osório (2018, p. 397) "em termos ortográficos, as línguas bantu não diferem muito da LP, pelo fato de naquelas ser também utilizado o alfabeto latino".

Seguiram-se então diversos dicionaristas, graças aos quais o quimbundo escrito permaneceu fiel à língua falada no interior, e não ao dialeto de Luanda, que foi mais fortemente influenciado pelo português.

Enquanto em Luanda já estava sedimentada a língua portuguesa, emergindo uma variante à qual Inverno (2009, p. 3) designa por "Português Vernáculo de Angola", no interior do país, na véspera da independência, em 1975, a maioria da população continuava a ter "muito pouco domínio do português" (INVERNO, 2009, p. 3).

Ainda na década de 70 (séc. XX), de acordo com Heimer (1974, apud Inverno, 2009, p.3), os índices de proficiência em português em zonas rurais angolanas seriam baixíssimos, demonstrados como perfeito (0,1%), relativa fluência (0,4%), razoável (16%), alguns poucos rudimentos (24%) e nenhum conhecimento (59%), podendo estar passíveis de consideráveis divergências o uso do qualificador "perfeito" ou mesmo "razoável", desprovendo-se aqui alguns aspetos variacionistas. Consequentemente, no mesmo estudo, o autor destaca outros indicadores obtidos nas áreas rurais de Angola, a partir da frequência de uso do português, onde apenas 0,1% falava habitualmente, 0,8% falavam com certa frequência, 31% falavam muito raramente e 59% nunca o falavam.

Daí que todo este quadro suporta a tese sobre o porquê de ainda hoje algumas zonas do interior de Angola conservarem alguns traços mais originais, sem que o superstrato tivesse o mesmo impacto que nas regiões dos ambundos.

Desde então, as línguas nativas observaram algumas alterações nas suas estruturas internas, concretamente nos domínios da morfologia, do léxico, da semântica e, sobretudo, registraram transformações na produção de certos sons.

Com efeito, retomamos as proposições de Castro (1991: 11), para quem "durante o processo de mudança linguística, as mudanças fonéticas e fonológicas são as que mais facilmente se observam", justificando ainda que, para um linguista comprometido com a descoberta de certos eventos ou mudanças do corpo vivo de qualquer língua, o objeto de estudo mais fascinante seria a mudança fonética.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

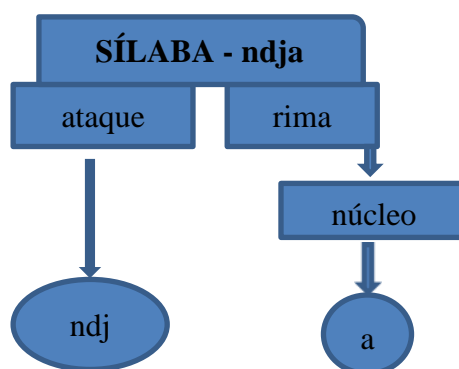
Estes resultados decorrem da análise e operacionalização de duas línguas bantu angolanas: o umbundo e o cókwe.

Sendo duas das línguas com grande proeminência de sons africados, o umbundo (umbundu) é a língua bantu com maior número de falantes nativos, falada, preponderantemente, nas províncias do Huambo, Bié, Benguela e em grande parte da província da Huíla, com variações dialetais nas províncias do Namibe, Cuanza Sul, Cuando Cubango, Moxico e Cunene. O cókwe (tchókwe) é uma língua falada, predominantemente, no Nordeste (nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico), embora também seja falada em zonas das províncias de Malanje e Bié, da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

Acredita-se que as línguas angolanas faladas no interior talvez sejam as que ainda mais conservaram aspetos vernaculares da sua estrutura gramatical, tendo sido as menos impermeáveis.

Geralmente, no caso das línguas deste grupo linguístico, as sílabas marcadas por sons africados vozeados, como em *ondjango*², têm na rima apenas o núcleo, estando esta desprovida de coda, visto que o núcleo da sílaba é sempre uma vogal, sendo que este sistema silábico CCCV não é frequente na norma-padrão do PE, como se vê no esquema 1.

Esquema 1: Sílaba com som africado, em ataque, vozeado e sem coda.



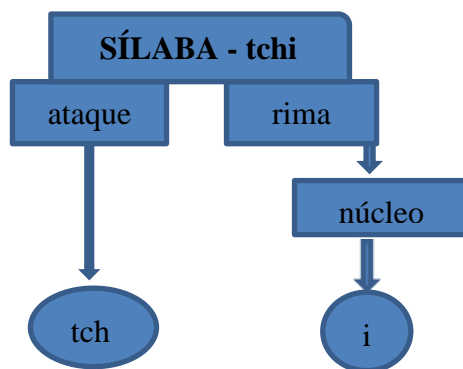
Fonte do autor.

Igualmente, com os sons africados não-vozeados, como em Tchipungo (um dos municípios da província da Huíla), ocorre um trígrafo em ataque silábico cujo padrão da sílaba CCCV também não é frequente no PE.

² Espaço em formato circular, comunitário, onde são realizados encontros e reuniões orientados por autoridades tradicionais a fim de se resolver um problema da comunidade; designativo que evoluiu para jango.

Veja-se nos esquemas 1 e 2 que, nestas línguas, as unidades linguísticas apresentam predominantemente sílabas abertas (cf. DANIEL, 2020, p. 443), terminadas em vogal.

Esquema 2. Sílabas com som africado, em ataque, não-vozeado e sem coda.



Fonte do autor.

De uma outra perspectiva, alude-se aos Modelos Multirrepresentacionais ou Fonologia de Uso (cf. CRISTÓFARO SILVA et al., 2012, p. 67), os quais indicam que a unidade de mudança é a palavra e não especificamente o som. Assim, para estes modelos, palavras específicas demonstram comportamentos específicos na mudança sonora, ou seja, a mudança seria lexicalmente gradual. Por outras palavras, segundo estes autores,

as palavras são representadas na memória e, cada vez que uma palavra é usada, a representação dessa palavra também sofre efeitos de frequência. Por isso, nos casos de mudança sonora com motivação fonética – do tipo de assimilação e redução, por exemplo, quanto mais uma palavra é usada, mais chance ela tem de ser afetada. (CRISTÓFARO SILVA et al., 2012, p.68).

É, por isso, recorrente que os antropônimos vernáculos e estranhos à norma-padrão do PE estejam a ser adaptados ou reinterpretados à pronúncia mais próxima possível do que é aceite pelo sistema silábico e fonético do PE. Hoje, há registros de antropônimos com dupla ou mais grafias, os quais variam de contexto para contexto, articulados ora como som africado ora como fricativo, como fica demonstrado nos exemplos que se seguem, retirados dos corpora acima referidos.

Alguns antropônimos (do Leste e Centro-sul) com grafia e oralidade flutuantes:

Katchiungo > *Kachiungo*;
Muatchiânvua > *Muachiânvua*;
Muatchissingui > *Muachissingui*;
Muatchissengue > *Muachissengue*;
Tchibola/Txibola > *Chibola/Xibola*;
Tchicola > *Chicola*;
Tchibuabua > *Chibuabua*;
Tchissaluquila > *Chissaluquila*;
Kandjimbo > *Kanjimbo*;
Ndjamba > *Jamba*, etc.

Convindo ressaltar a posição de alguns grafemas na palavra face a determinadas pronúncias, em muitos casos, no entanto, o simples grafema <j> tem tido um efeito flutuante na escrita e na oralidade, sendo por vezes articulado como um som africado, quer em:

- a) Posição intervocálica – como em Lueji [lw'edzi] ou [lw'ɛzi] (antropônimo);
- b) Em simples posição de ataque no sistema silábico CCV – como em:
 - Kanjimbo [kãdzĩbu] ou [kãzĩbu] (antropônimo);
 - Longonjo [lõgõdzɔ] ou [lõgõzɔ] e;
 - Tchinjenje [tʃĩzẽdzɛ] ou [ʃĩzẽzɛ] (ambos topônimos), uma vez que as oclusivas [b], [d], [g], [k], [p], [t] e as fricativas [j], [v] e [z] são muitas vezes pré-nasais.

Neste sentido, convém também mostrar que neste processo de conversão motivado por razões linguísticas e extralinguísticas, e admitindo-se a flutuação no âmbito da escrita e oralidade de certos sons em posição de ataque silábico, são notáveis a dessonorização, desvozeamento ou enfraquecimento de sons iniciados por oclusivas e terminados em fricativas.

Recorrendo aos estudos de Cagliari (2002, p. 99), identificam-se diversos processos fonológicos que estarão na base das mudanças sonoras que ocorrem nas formas básicas dos morfemas, os quais têm sido amplamente aceites por linguistas. Entre os quais, realçam-se a assimilação, a desassimilação, a eliminação ou apagamento, a inserção (epêntese), a comutação (metátese), palatalização, o fortalecimento, o enfraquecimento, etc. Acredita-se que o enfraquecimento, definido por este autor como um processo que possui "uma articulação mais frouxa ou de menor esforço" (p.102), possa dar resposta ao fenómeno da fricativização de africadas nestas unidades de fala.

Um outro aspeto que merece realce, e que justifica as ocorrências registradas nos exemplos de antropónimos e topónimos aqui apresentados, prende-se com o fato de o grafema <c>, em alguns designativos, ter valor africado não-vozeado, embora haja uma oscilação entre africado e fricativo.

- i) **Cíwa** ['tʃiwa] ou ['ʃiwa] → saudação (tudo bem), na língua umbundo;
- ii) **Cíanda** [tʃi'ẽde] ou [ʃi'ẽde] → dança folclórica dos lunda-tchókwe;
- iii) **Cokwe** ['tʃɔkwə] ou ['ʃɔkwə] → língua bantu;

Note-se que, tal como no italiano "*ciau*", nos dois primeiros exemplos, o <c> se torna africado não-vozeado diante de vogal oral alta (entenda-se vogal palatal), não-arredondada anterior [i]. O mesmo não sucede no exemplo iii, onde o <c> se torna africado diante de vogal oral média-baixa (podendo ser também diante de vogal média-alta), arredondada e posterior [ɔ]. Sublinhe-se, pois, que, algumas vezes, estas línguas (bantu de Angola) apresentam as mesmas características para o africamento diante de vogal média-alta não-arredondada e anterior, podendo ser nasal ou oral, todavia, apenas em contextos exclusivamente do uso das línguas bantu angolanas.

Alguns topónimos (do Leste e Centro-sul) com grafias e oralidades flutuantes:

- Catchiungo** > **Cachiungo** (*município da província do Huambo*);
- Luatchimo** > **Luachimo** (*comuna e também hidrônimo no Chitato*);
- Lutchazes** > **Luchazes** (*município da prov. do Moxico*);
- Tchicala-Tcholoanga** > **Chicala-Choloanga** (*município da prov. do Huambo*);
- Tchicomba** > **Chicomba** (*município da prov. da Huíla*);
- Tchindjenje** > **Tchinjenje** > **Chinjenje** (*município da prov. do Huambo*);
- Tchipindo** > **Chipindo** (*município da prov. da Huíla*);
- Tchitato** > **Chitato** (*município da prov. da Lunda Norte*);
- Tchitembo** > **Chitembo** (*município da prov. do Bié*);
- Tchongoroi** > **Chongoroi** (*município da prov. de Benguela*).

Conforme o entendimento de Cagliari (2002, p.128), o fenômeno de palatalização, que é comum nas línguas naturais, pelo menos em 2/3 destas, ocorre, nalguns casos "em que os fonemas /t/ e /d/ têm como alofones [tʃ] e [dʒ], quando seguidos da vogal alta, o que muitas vezes se verifica também aqui neste caso em análise (nas línguas bantu angolanas) o fonema /c/ que, junto de vogal alta, possui dois alofones [tʃ] e [ʃ].

Crowley (2002), no entanto, propõe uma premissa necessária para a compreensão da fricativização, segundo a qual quando certas palavras de uma

língua são usadas por falantes de outra, é comum que esses «empréstimos lexicais» passem por um processo de reinterpretação fonética para que os vocábulos se conformem ao padrão da língua de destino.

As evidências e os casos de uso têm mostrado que as variantes marcadas apenas pela fricativização têm sido as mais aceitas e difundidas pelos meios de comunicação social, nos círculos escolares, acadêmicos, pela maioria dos escritores, nos documentos e discursos institucionais, oficiosos ou oficiais, em registros que sinalizam prestígio acadêmico e intelectual, aquelas que mais se aproximam da variante normativa do PE.

Há ainda assim registros de incontáveis nomes ou designativos que (não sendo necessariamente antropônimos e topônimos) se enquadram em toda a descrição que aqui se apresenta, cuja conversão está em visível processo contínuo.

Todavia, embora ainda haja esta tendência para dupla ou mais grafias, pelo crescente número de falantes PL1, admite-se que estas conversões e mudanças fonéticas possam ser cada vez mais abrangentes.

Se se considerar que, no entanto, atualmente, a literatura tem sinalizado que o português está, maioritariamente, na condição de L1 entre os falantes mais jovens, principalmente em zonas urbanas, constitui um fator a realçar as contribuições sugeridas por Mateus (2002), para quem, no decorrer do processo de aquisição da linguagem, "a criança, embora exposta a inúmeras pronúncias diversas das unidades da fala, vai reconhecendo progressivamente os sons com que, na sua língua materna, se constroem as palavras que servem para comunicar com os outros". Mateus (2002) salienta ainda que, aos poucos, a criança vai adquirindo o sistema fonológico da sua L1 (vogais, consoantes e glides ou semivogais), relacionando-o a um exercício de abstração a partir da realidade fonética. No mesmo sentido, Silveira (2019, p. 3864) propõe que, à partida, a L1 tem alguma influência "na aprendizagem do componente sonoro da L2".

Subjaz a ideia de que algumas motivações (OSÓRIO, 2008, p. 2) para a mudança linguística se prendem com fatores externos, ou seja, extralinguísticos, respeitantes aos domínios social, geográfico e, neste caso, em especial, também político e cultural. Convergindo com este raciocínio, Raposo (1984, p. 2) confirma que a noção clássica de "língua portuguesa" não se assenta especialmente em aspetos de natureza linguística, porém em fatores também importantes e implícitos a esta noção como os de natureza política, histórica, ideológica e cultural.

5. CONCLUSÕES

Da avaliação feita, conclui-se que as consoantes africadas pré-existentes no PE, concretamente, aquelas que marcaram a fase do português médio, pré-clássico, teriam a sua fase descendente já no estágio do português clássico ou moderno, o que

ainda viria a influenciar a variante do PA. Assim, este português teria influenciado mais o quimbundo, designadamente o dialeto de Luanda, e, posteriormente, as variantes de línguas faladas em regiões costeiras, tornando as línguas faladas no interior menos permeáveis a influências externas, até se registrar um elevado crescimento do português falado maioritariamente como L1 em zonas urbanas depois da Independência de Angola.

É possível perceber que quanto mais domínio os usuários têm da natureza fonético-fonológica dos dois grupos linguísticos (ou, principalmente, das línguas bantu), mais tendem a escrever e articular os sons africados conforme o vernáculo e consoante as regras das línguas do antropônimo, topônimo ou outro designativo. Ainda que se possa observar alguma oscilação no uso de sons africados e fricativos, surdos e sonoros, deduz-se a noção segundo a qual, em zonas e contextos urbanos, a fricativização é mais incisiva quando se está no uso do português.

O processo de aportuguesamento está no centro da fricativização de africadas em unidades linguísticas de origem bantu, devido ao desafricamento ocorrido no português clássico entre os séculos XVIII, XIX e XX, no âmbito da norma-padrão do PE, a qual Angola tem vindo a seguir no seu nível mais prescritivo.

Percebe-se também que a consoante africada sonora /dz/, sendo iniciada por uma oclusiva, e esta ser pré-nasal, cujo uso não é recorrente nas duas línguas aqui estudadas, apresenta-se com maior proeminência entre os dialetos da língua kikongo, falada mais a noroeste de Angola.

Não sendo possível distinguir a maioria das mudanças fonéticas no PA, este estudo apenas atiza o desafio de trabalhos futuros poderem tornar esta área mais cativante, pois as conclusões parecem ser sempre abertas.

Referências

ANGOLA. Consulta Pública do Concurso de Admissão. Disponível em: <https://www.sepe.gov.ao/ao/consulta-publica-do-concurso-de-admissao/>. Acesso em 6 de jan. 2020.

APONTES, S. A. **Acomodação de palavras bantu em português: algumas consequências morfofonológicas**. *Revista Philologus*, Ano 16, n° 46. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2010.

BABINI, M. **Fonética, fonologia e ortoépia da língua italiana**. São Paulo: Annablume, 2002.

BABINI, M. **Précis de prononciation italienne**. Lyon: Press Universitaires de Lyon, 1997.

BANZA, A. P.; GONÇALVES, M. F. **Roteiro de história da língua portuguesa**. Universidade de Évora, UNESCO, 2018.

- BARBOZA, C. L. F. *A difusão das africadas pós-alveolares em falares do português brasileiro*. *ReVEL*, v. 14, n. 27, 2016.
- BENVINDO, A. F. **Lexicografia bilingue de aprendizagem: contribuição para o desenvolvimento do léxico da língua portuguesa das crianças na província do Huambo-Angola**. Tese de Doutoramento. FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- CARDEIRA, E. *História do português*. Luanda: Editorial Nzila, 2006.
- CASTRO, I. **Introdução à história do português**. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- CASTRO, I. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CINTRA, L. **Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses**. *Boletim de Filologia*, XXII, pp. 81-116, Lisboa, 1971.
- CONSULTA PÚBLICA DO CONCURSO DE ADMISSÃO. Disponível em: <https://www.sepe.gov.ao/ao/consulta-publica-do-concurso-de-admissao/>. Acesso em 6 de jan. 2020.
- CRISTÓFARO SILVA, T. *et al.* **Revisitando a palatalização no português brasileiro**. *Rev. Est. Ling., Belo Horizonte*, v. 20, n. 2, p. 59-89, jul./dez. 2012.
- CROWLEY, T. **An introduction to historical linguistics**. Tradução de Thomas Finbow. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – 0433 – Linguística Histórica, 2002.
- DANIEL, H. F. **Morfologia aglutinante no português angolano: formação de neologismos híbridos**. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 9, n. 4, 2020, p. 434-451.
- Dicionário de Umbundo. **Umbundo-Português**. Edições Naho. Póvoa de Santo Adrião. 2002.
- FERREIRA, K.; OSÓRIO, P. **A variedade angolana do português: contexto histórico e (socio)linguístico**. *Fólio – Revista de Letras*, 10, 1 (ago. 2018).
- GEMENTI-SPOLZINO, M. M. **Consoantes fricativas: um estudo das relações entre letras e sons na lírica medieval galego-portuguesa**. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara. 2018.

INVERNO, L. **A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal**. In: CARVALHO, A. (org.). *Português em contacto*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009.

JUNIOR, A. A. **Dicionário Kimbundu-Português**. Luanda, Edição de Argente, Santos & C.^a, Lda., 1947.

Lista de símbolos fonéticos e diacríticos do AFI (International Phonetic Association). Centro de Linguística da Universidade do Porto. 2005.

MARTINS, A. M. **Variação e mudança no português**. [S. l.]. Disponível em: https://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf. Último acesso em 31 dez. 2020.

MARTINS, J. V. **Os tutchokwe do Nordeste de Angola**. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Universidade Nova de Lisboa, 1997.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Fonética, fonologia e morfologia do português**. Universidade Aberta. Lisboa, 1990.

MATEUS, M. H. M. **A face exposta da língua portuguesa**. Lisboa: INCM, 2002.

MORÉN, B. **Affricates, palatals and iotization in serbian: representational solutions to longstanding puzzles**. *Poljarnyj Vestnik* 6 (February): 46-70, 2003.

NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. **Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III Seminário**. Centro de Estudos Africanos – UEM. Maputo, 2012.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. C. **Gramática descritiva da língua changana**. Centro de Estudos Africanos, UEM. Maputo, 2012.

OKOUDOWA, B. **Descrição preliminar de aspectos da fonologia e da morfologia do Lembaama**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2005.

OSÓRIO, P. **Linguística histórica e história da língua: aportações teóricas e metodológicas**. Em I Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa, São Paulo, 1 a 5 de setembro de 2008. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

RAPOSO, E. P. **Algumas observações sobre a noção de «língua portuguesa»**. *Boletim de Filologia*, Lisboa, 29, 1984, pp.585-592.

REIS, C.; MALTA, I.; PAIXÃO, C. **A africada**. *Revista Letras, Curitiba*, n. 93 p. 152-170, Jan./Jun. 2016.

SILVA, F. M. **Processos fonológicos segmentais na língua portuguesa.** *Revista Littera Online*, UFM, nº 4, 2011.

SILVEIRA, R. **Contribuições da fonética para o estudo da aprendizagem do componente sonoro em L2.** *Fórum Linguístico*, 2019, v. 16, nº 2, p. 3861.

SIMÕES, E. M. **África banta na região Diamantina: uma proposta de análise etimológica.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2014.

SRIVASTAVA, A. K. **A phonemic inventory of italian: mainstream variety.** University of Washington. *Ling* 450, 2007.

VANSINA, J. **Portuguese vs kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845).** In BULL, *Séanc. Acad. R. Sci. Outre-Mer Mede. Zitt. K. Acad. Overzeese Wet*, 47, 267-81, 2001.

Para citar este artigo

DANIEL, H. F. Mudanças fonéticas no Português angolano: dos sons africados aos fricativos. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 6, 2021, p. 94-114.

O autor

HILTON FORTUNA DANIEL tem mestrado em Ensino do Português (L2/LE), pela Universidade Nova de Lisboa. É investigador convidado na Academia das Ciências de Lisboa, desde 2016. Docente no Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo.